

INDICADORES E DISTORÇÕES NA QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO NO AMAPÁ

INDICATORS AND DISTORTIONS IN THE QUALITY OF SECONDARY EDUCATION IN AMAPÁ

João Paulo da Conceição Alves

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). É Professor (Adjunto II) na Graduação no Campus de Abaetetuba/UFPA das disciplinas Política e Legislação da Educação Brasileira. É docente no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA/UFPA) e no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão de Escola Básica (PPEB/UFPA). Possui Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (2009) e graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2006).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9549-3906>

E-mail: jpaulchee@gmail.com.br

João Batista do Carmo Silva

Doutor em Educação na linha de Políticas Públicas Educacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA (2016). Mestre em Educação pela UFPA (2009). Especialista em Educação Ambiental pela UFPA (2004).

Pedagogo pela UFPA (2003). Professor adjunto II da Universidade Federal do Pará - Campus Universitário do Tocantins (CUNTINS), vinculado à Faculdade de Educação (FAED) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC).

<https://orcid.org/0000-0002-3170-4735>

Email: jbatistacsilva@gmail.com

Cássio Cardoso Madureira

Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá(2020) e ensino-medio-segundo-grau pela Escola Estadual Dr. Alexandre Vaz Tavares(2014).

Email: cassiocmadureira3@gmail.com

Resumo

Propomo-nos analisar como têm se desenvolvido o trabalho e a política educacional para o Ensino Médio na Amazônia, mediante a compreensão de indicadores sociais e educacionais no estado do Amapá. Os dados foram analisados de forma qualitativa, correlacionando-os para obtenção de sínteses necessárias. Com base nas distorções no IDH-E e entre os índices educacionais de escolas do campo e da cidade, revelamos que o Ensino Médio no Amapá, é marcado por contradições que aprofundam a condição dual e as desigualdades Educacionais.

Palavras-chave: dualidade educacional; desigualdades sociais; ensino médio; Amapá; índice de desenvolvimento humano.

Abstract

We propose to analyze how the work and educational policy for secondary education in the amazon have been developed, through the understanding of social and educational indicators in the state of amapá. the data were analyzed qualitatively, correlating them to obtain the necessary syntheses. based on the distortions in the hdi-e and between the educational indexes of schools in the countryside and in the city, we reveal that secondary education in amapá is marked by contradictions that deepen the dual condition and educational inequalities.

Keywords: educational duality; social inequalities; high school; Amapá; human development index.

INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de pesquisa que buscou ampliar os estudos sobre o Ensino Médio na região amazônica e, em particular no estado do Amapá. Falamos de uma região na qual as desigualdades sociais e educacionais se revelam agudas e que convive com grandes problemas sociais, resultantes de um modelo de desenvolvimento econômico que produz grande concentração de rendas e muita pobreza.

Na Amazônia o ensino médio apresenta indicadores ruins, particularmente no estado do Amapá, constituindo mais um elemento revelador da condição de vulnerabilidade dos grupos populacionais mais empobrecidos da sociedade amazônica.

Sustentamos aqui que os sujeitos da Amazônia (ribeirinhos, povos da floresta, indígenas, quilombolas, populações urbana e rural, etc.) precisam de uma escola de Ensino Médio a qual integre o trabalho, a ciência e a cultura, considerando a ecologia local, capaz de valorizar o ser humano e promover o desenvolvimento da região.

A pesquisa foi desenvolvida no estado do Amapá, a partir da verificação de dados obtidos no sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sobre o Ensino Médio na rede de ensino pública, e quando necessário, na análise de documentos pertinentes ao tema. Buscamos também situar esses dados considerando as condições sociais e a qualidade de vida a partir do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)¹.

¹ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) o qual consiste em uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O estado do Amapá possui cerca de 669.526 pessoas desde o último censo (2015), as quais estão distribuídas em seus dezesseis municípios, cujo taxa de IDHM médio é 0,719 (BRASIL, 2015).

Na pesquisa realizada, precedida de revisão bibliográfica, a pesquisa documental teve centralidade e a abordagem dos dados coletados foi qualitativa e quantitativa.

Mediante os dados coletados, analisamos alguns **indicadores de rendimento escolar**, que de acordo com o INEP (2019) se referem à situação do aluno ao final de um período letivo, a partir da aprovação, reprovação e abandono a escola durante o ano letivo. Essas condições são apuradas diretamente pelo Censo Escolar.

Além disso, analisaremos também alguns **indicadores de fluxo escolar**, que por sua vez, avaliam a transição do aluno entre dois anos consecutivos no Ensino Médio considerando os cenários possíveis de promoção, repetência, migração para EJA e evasão escolar (INEP, 2019). O conjunto desses dados será relacionado ao IDHM, aprofundando a análise dessa etapa de ensino.

INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO AMAPÁ: A DESIGUALDADE EDUCACIONAL EM DIMENSÕES DISTINTAS

Partimos da compreensão da importância dos indicadores sociais e sua correlação com dados diversos para obtermos informações com maior eficácia sobre a qualidade do Ensino Médio no Amapá.

A mensuração da qualidade de vida e do desenvolvimento social, econômico e político vem adquirindo importância, à medida que essas informações se tornam mais acessíveis a governos e população em geral (SOLIGO, 2012). Nesse sentido, é fundamental interpretarmos os indicadores educacionais diante da realidade material para o desenvolvimento das nossas pesquisas.

Segundo Soligo (2012), Indicador Social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. Ou seja, tem como função dar base para

construção de conceitos e buscar principalmente explicar fatores negativos e positivos do desenvolvimento social.

Além do mais, a literatura nos demonstra que a preparação/formação dos alunos neste nível de ensino na rede pública tem revelado diversas fragilidades verificadas mediante resultados de pesquisas e análises de dados oficiais (FRIGOTTO, 2005).

Segundo Dourado (2009, s.p), “é fundamental ressaltar que a educação se articula a diferentes dimensões e espaços da vida social sendo, ela própria, elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas”.

Ao analisarmos a educação do estado do Amapá, realizando um comparativo com as demais regiões brasileiras, a partir de levantamento dos IDHMs (desde a primeira vez a qual o censo de IDHM foi realizado até a mais recente pesquisa realizada), observamos que em alguns estados houveram avanços.

Fazendo uma breve comparação com a realidade brasileira de outros estados, o Amapá encontra-se em uma posição razoavelmente satisfatória (12^a). Ressaltamos que o estado em questão obteve um salto no seu IDHM durante os últimos anos (de 0,700 em 2011 para 0,719 em 2015) similar aos estados do Piauí (de 0,644 para 0,675) e Amazonas (de 0,672 para 0,703).

Tabela 01: IDHM das unidades da federação melhores classificadas no ano de 2015

Unidade da Federação	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
<u>Distrito Federal</u>	<u>0.824</u>	<u>0.863</u>	<u>0.873</u>	<u>0.742</u>
<u>São Paulo</u>	<u>0.783</u>	<u>0.789</u>	<u>0.845</u>	<u>0.719</u>
<u>Santa Catarina</u>	<u>0.774</u>	<u>0.773</u>	<u>0.860</u>	<u>0.697</u>
<u>Rio de Janeiro</u>	<u>0.761</u>	<u>0.782</u>	<u>0.835</u>	<u>0.675</u>
<u>Paraná</u>	<u>0.749</u>	<u>0.757</u>	<u>0.830</u>	<u>0.668</u>
<u>Rio Grande do Sul</u>	<u>0.746</u>	<u>0.769</u>	<u>0.840</u>	<u>0.642</u>
<u>Espírito Santo</u>	<u>0.740</u>	<u>0.743</u>	<u>0.835</u>	<u>0.653</u>
<u>Goiás</u>	<u>0.735</u>	<u>0.742</u>	<u>0.827</u>	<u>0.646</u>
<u>Minas Gerais</u>	<u>0.731</u>	<u>0.730</u>	<u>0.838</u>	<u>0.638</u>
<u>Mato Grosso do Sul</u>	<u>0.729</u>	<u>0.740</u>	<u>0.833</u>	<u>0.629</u>
<u>Mato Grosso</u>	<u>0.725</u>	<u>0.732</u>	<u>0.821</u>	<u>0.635</u>
<u>Amapá</u>	<u>0.708</u>	<u>0.694</u>	<u>0.813</u>	<u>0.629</u>
BRASIL	0,761	0,729	0,841	0,713

Fonte: Atlas Brasil (2015).

Os dados apresentados acima apontam que o estado do Amapá está na 12^a colocação, tornando-se o estado da região norte melhor posicionado, o que pode “apressadamente” nos revelar que os índices de desenvolvimento social do estado do

Amapá logram exemplar destaque na região norte, até analisarmos sob contextos específicos.

A tabela abaixo, podemos verificar distorções a partir dos índices de IDH (índice de desenvolvimento humano) de cada estado situado na região norte, as três primeiras colocações são ocupadas pelos estados do Amapá, Roraima e Tocantins, respectivamente.

Tabela 02: Unidades da federação da região norte com maiores IDHs

Posição	Estado	IDH
1º	Amapá	0,708
2º	Roraima	0,707
3º	Tocantins	0,699
4º	Rondônia	0,690
5º	Amazonas	0,674
6º	Acre	0,663
7º	Pará	0,646

Fonte: Atlas Brasil (2015).

Mesmo possuindo o maior IDH da região norte, o estado do Amapá bem como toda a região, apresentam baixos índices de desenvolvimento, além de contradições entre os dados relacionadas à qualidade do ensino. Notamos que mesmo com o IDH positivo, em nível nacional o Amapá posiciona-se numa classificação intermediária. Verificamos também que os estados mais desenvolvidos na região norte, ocupam as piores posições no IDH, o que revela a alta concentração renda e a flagrante desigualdade social.

Avançamos na tentativa de desvendamento dessas contradições durante o trabalho. Apresentamos abaixo o IDHM dos municípios amapaenses:

Tabela 03: IDHM dos municípios do estado do Amapá no ano de 2015

Posição	Município	IDH-M	IDR-M	IDH-L	IDH-E
1	Macapá	0.733	0.723	0.820	0.663
2	Serra do Navio	0.709	0.659	0.783	0.692
3	Santana	0.692	0.654	0.794	0.638
4	Laranjal do Jari	0.665	0.641	0.801	0.573
5	Oiapoque	0.658	0.693	0.779	0.527
6	Ferreira Gomes	0.656	0.635	0.820	0.542
7	Calçoene	0.643	0.636	0.759	0.550
8	Amapá	0.642	0.631	0.790	0.532
9	Porto Grande	0.640	0.610	0.777	0.554
10	Cutias	0.628	0.576	0.760	0.566
11	Pedra Branca do Amapari	0.626	0.628	0.779	0.502
12	Vitória do Jari	0.619	0.587	0.781	0.517
13	Pracuúba	0.614	0.539	0.790	0.544
14	Mazagão	0.592	0.609	0.758	0.449
15	Tartarugalzinho	0.592	0.553	0.794	0.473
16	Itaubal	0.576	0.528	0.758	0.477

Fonte: IBGE (2016)²

Na análise sobre a composição do IDHM encontramos discrepâncias que não são vistas quando analisadas de forma geral. Embora seja uma realidade totalmente diferente quando se coloca os municípios do estado do Amapá em comparação uns aos outros, teremos um índice de desenvolvimento um pouco maior na capital e nas cidades mais populosas do estado como Santana, Oiapoque e Laranjal do Jari, se comparados a outros pequenos municípios como Tartarugalzinho e Itaubal.

A exceção foi o município Serra do Navio que apresentou um dos melhores índices mesmo sendo um dos menores municípios do estado e com a economia pouco dinâmica. Temos por suposto, que a formação histórica desse município relacionada a vantagens obtidas com a extração mineral do manganês pela multinacional norte-americana ICOMI, tenha de alguma forma contribuído para a manutenção de algumas benesses, atualmente sob a tutela do poder executivo estadual.

Considerando, portanto a questão educacional, objetivamente vinculada ao desenvolvimento social, observamos o baixo Índice de Desenvolvimento Educacional (**IDH-E**) da sociedade amapaense. A tabela 3 demonstra que os melhores índices de municípios amapaenses não ultrapassam a classificação Médio, e mais impactante e que

² Legenda: **Muito Alto**, de 0,800 a 1000 (nenhum município); **Alto**, de 0,700 a 0,799 (2 municípios); **Médio**, de 0,600 a 0,699 (11 municípios); **Baixo**, de 0,500 a 0,599 (3 municípios); **Muito Baixo**, de 0,000 a 0,499 (nenhum município); **IDH-M (Índice de desenvolvimento humano)**; **IDR-M** (Índice de desenvolvimento de renda); **IDH-L** (índice de desenvolvimento humano longevidade); **IDH-E** (índice de desenvolvimento humano educação).

desconstrói afirmações que o desenvolvimento humano amapaense esteja em estágio relevante, é observar que do total de 16 (dezesesseis) municípios do estado do Amapá, 13 (treze) municípios encontram-se com a classificação IDH-E, Baixo ou Muito Baixo.

Nem mesmo o **IDH-E** da capital Macapá se apresenta como o melhor do estado, reforçando a tese que a concentração da maioria dos serviços dos distintos setores da economia do estado, é acompanhada pela concentração de renda e por desigualdades sociais fazendo parte deste modelo de desenvolvimento, e portanto, as contradições sociais são bastante presentes e perceptíveis.

Outro elemento relevante para análise diz respeito aos *índices de alfabetização no estado do Amapá*. Segundo o IBGE (2015), o estado do Amapá apresenta apenas 5% da população de 15 anos ou mais sem saber ler ou escrever. Partimos da análise dos índices relacionados a alfabetização. Observe a tabela abaixo:

Tabela 04: Taxa de alfabetização nos estados da região norte e Brasil no ano de 2015

Posição	Unidade Federativa	Taxa de Alfabetização 2015 (%)
	BRASIL	92,8%
	NORTE	91%
1	Amapá	95%
2	Roraima	93,4%
3	Rondônia	93,3%
4	Amazonas	93,1%
5	Pará	90,7%
6	Tocantins	89,6%
7	Acre	86,9%

Fonte : IBGE (2015).

Podemos verificar que o estado do Amapá apresenta índices satisfatórios quando se trata da taxa de alfabetização comparado às demais unidades da federação, superando inclusive as médias nacionais e regionais. No entanto, os dados sobre a taxa de alfabetização no estado do Amapá quando comparada ao IDH-E nos revelam contradições, de modo a nos indagarmos: “como é possível o Amapá possuir os melhores índices de alfabetização, se os índices de desenvolvimento educacional (IDH-E) de mais de 80% dos seus municípios encontram-se baixo ou muito baixo”? E, por que os dados

demonstram a existência de políticas eficientes para alfabetização, se no entanto há um severo atraso para os demais níveis da educação básica (confirmado em seu IDH-E)?

Algebaile (2009) afirma que:

A expansão do nível mais elementar – expressão clara de uma história lenta, que nunca se completa, porque, na verdade, esse é o seu modo particular de realização histórica (FERNANDES, 1975), está sempre na ordem do dia, compondo-se, às vezes, de forma “bizarra - (...), com os novos crescimentos e modificações dos mais avançados níveis de ensino, das novas modalidades, dos novos campos de formação, dos novos contornos curriculares, das novas organizações e abrangências do tempo destinado à educação escolar.” (2009, s.p).

No entanto, destacamos a importância contida na alfabetização para o processo de mobilidade social, pois a Teoria do Capital Humano tem sido objeto de pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada), o qual indica que as taxas de retorno de capital têm maior impacto nos níveis de escolaridade de alfabetização e no final do Ensino Médio. No estado do Amapá foi um dos estados que apresentou resultados mais taxas de retorno constantes ao lado de Rondônia e Roraima (DIAS *et al*, 2013).

É fundamental que se destaque o Plano Nacional de Educação (PNE) que na sua Meta 3, a qual problematiza a função do Ensino Médio, e apresenta a questão da universalização da educação para os adolescentes de 15 a 17 anos até 2016 e do aumento das matrículas no ensino médio em cerca de 30% até 2024. Além disso, destaca que até o final do período de vigência deste **PNE**, a taxa líquida de matrículas no **ensino médio** para 85% (BRASIL, 2014).

De acordo com o Observatório do PNE (2018), uma das metas do Plano Estadual de educação do estado do Amapá era garantir que até 2024, 85% dos jovens de 15 a 17 anos estejam cursando o Ensino Médio. No entanto, o resultado, ainda que seja parcial, não tem demonstrado avanços consideráveis, pois em 2018, a meta atingiu 68,7% dos jovens de 15 a 17 anos cursando este nível de ensino.

Portanto, ao analisar estes números, devemos entender o contraste a qual está inserida a realidade amapaense, pois os índices de alfabetização ou IDHM não refletem por si sós, o desenvolvimento humano e social no estado, mas precisam serem analisados de forma profunda e nas sutilezas dos dados disponíveis.

2 DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E DA PERMANÊNCIA NO ENSINO MÉDIO: A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO E PROBLEMAS NO SEU FLUXO

Quando utilizamos o termo “democratização do ensino”, partimos da ideia de garantia de acesso dos aprendizes ao saber sistematicamente elaborado. Dado as últimas pesquisas do IBGE apontam que o Brasil possui uma taxa de escolarização com cerca de 87,2% das pessoas de 15 a 17 anos. Além disso, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2019, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,6% (11 milhões de analfabetos) (BRASIL, 2018).

Os dados acima contribuem para um melhor panorama sobre a oferta e o acesso à educação no Brasil, bem como o sentido da democratização do acesso à educação brasileira.

Algebaile (2009) assinala que:

[...]a expansão da oferta educacional é expressão de práticas sociais e relações de forças que atravessam e antecedem as medidas oficiais a seu respeito. É sempre movida por impulsos que decorrem dessas práticas e relações, estando relacionada, portanto, com modificações nas expectativas dirigidas à educação escolar, com as ações que se apresentam como respostas à novas demandas, com os novos usos e utilizações da escola que daí decorrem[...]. (2009, s.p)

Mesmo que aparentemente as oportunidades de acesso à educação tenham aumentado, ainda se enfrenta um grande problema relacionado justamente a democratização educacional. Sobre o Ensino Médio na região amazônica, Alves e Araújo (2015) nos apontam que boa parte dos municípios enfrentam dificuldades com a falta de recursos e estrutura suficiente para o total acesso dos indivíduos a educação. Neste caso, na análise da democratização do acesso, constatamos que se garante o insuficiente e se forja cotidiano com o “mínimo” para que educação precariamente se realize.

Concordamos com Pereira (2000) quando afirma que a noção dos “mínimos sociais” está vinculada aos mínimos de subsistência, que sempre fizeram parte da pauta de regulações econômicas e sociais de diferentes modos de produção, mas que adquiriram particular evidência no contexto das relações capitalistas.

De forma geral, o cerne do problema enfrentado na busca pela democratização do ensino Médio é justamente o acesso e a relativização dos “mínimos” de educação estabelecidos no ingresso a este nível de ensino.

Como dito acima, quando se fala em democratização do Ensino Médio, entendemos que se inicia com o “acesso garantido a todos”, o que na sua realidade, não é de total garantia, pois como bem podemos ver, ainda existe uma grande parte da população brasileira que não possuem acesso a este nível de ensino devido a fatores como a localização, capital cultural, capital social entre outros.

Na materialidade do ensino, quando analisamos as taxas de matrículas no estado, notamos uma diminuição delas a cada série do ensino médio amapaense, isso se deve a fatores como a distorção de idade série e abandono escolar, causados por fatores sociais. A distorção e o abandono correspondem problemas preocupantes e agravantes para a contraditória qualidade de ensino no estado do Amapá e região norte.

Tabela 05: Taxas de matrícula no Ensino Médio no estado do Amapá no ano de 2016

Estado	Matriculas 1º ano	Matriculas 2º ano	Matriculas 3º ano
Amapá	15.517 estudantes	11.341 estudantes	10.048 estudantes

Fonte: Inep, 2016. Organizado por QEdU, 2016.

A tabela 05, aparentemente apenas ilustrativa, revela que há a diminuição de alunos matriculados no decorrer dos anos do Ensino Médio, apresentando uma diferença percentual de mais de 30% de alunos que não chegam no 3º ano do Ensino Médio. Essas taxas nos indicam que existe uma falta de assistência política- educacional preocupante, sendo o Ensino Médio uma transição importante para a vida em sociedade dos sujeitos. As hipóteses de descontinuidade são diversas, como a necessidade imperiosa de abandonar a escola pela inserção imediata e precária no mercado de trabalho.

A partir deste pressuposto, observamos outros dois indicadores os quais apresentam que a permanência no Ensino Médio está ligada diretamente, a fatores como a distorção de idade- série e taxa de abandono³.

³ “A distorção idade-série é a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos 6 anos de idade, permanecendo no Ensino Fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os 14

Portanto, é imperativo que para o aluno tenha acesso e permanência garantida na rede escolar, é fundamental que não abandone e nem evada a escola, como alicerces fundamentais para a democratização da educação. Observe a tabela abaixo:

Tabela 06: Taxa de Distorção idade-série por município no Amapá e Brasil no ano de 2016

Município	1º ano	2ºano	3ºano	Total
Oiapoque	65%	46%	70%	62%
Vitória do Jari	60%	51%	50%	54%
Pedra branca	67%	31%	43%	51%
Cutias	48%	57%	44%	50%
Amapá	52%	47%	41%	48%
Pracuúba	47%	57%	37%	48%
Mazagão	52%	36%	38%	44%
Serra do Navio	44%	41%	49%	44%
Laranjal do Jari	52%	39%	42%	45%
Itaubal	50%	26%	44%	40%
Calçoene	44%	40%	29%	39%
Tartarugalzinho	45%	27%	23%	35%
Ferreira Gomes	44%	28%	32%	35%
Porto Grande	35%	23%	33%	32%
Santana	37%	28%	26%	31%
Macapá	40%	25%	26%	31%
Amapá (estado)	43%	29%	31%	35%
Brasil	33%	26%	22%	28%

Fonte: Inep, 2016. Organizado por QEdu, 2016

No geral, os municípios amapaenses inclusive a capital Macapá, apresentaram altos índices de distorção idade- série superando inclusive na sua totalidade a média nacional. A situação é ainda mais crítica em municípios como Oiapoque, Vitória do Jari, Pedra Branca e Cutias, onde mais de 50% dos alunos do Ensino Médio estão em idade inadequada em relação ao ano escolar, conforme a tabela 06 acima.

Outro fator que nos chama atenção é a concentração geográfica dos melhores índices de distorção idade série do estado (se é que podemos classificá-los de forma positiva). As quatro melhores taxas inclusive das maiores cidades, Macapá e Santana, fazem parte da pretensa região metropolitana de Macapá/AP, onde se concentram os principais serviços e conseqüentemente, a maior economia do estado.

anos de idade. O cálculo da distorção idade-série é realizado a partir de dados coletados no Censo Escolar. Todas as informações de matrículas dos alunos são capturadas, inclusive a idade deles. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma mesma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série” (QEdu, 2016).

Neste caso, analisamos que para se democratizar o acesso e a permanência no Ensino Médio amapaense, é necessário que se construam políticas de enfrentamento aos índices educacionais tanto relacionados à evasão/abandono escolar como de distorção idade-série, e em regiões mais distantes da capital e de pior acesso nas diversas e distintas comunidades do estado.

Parece se confirmar a pesquisa do IPEA (2013) sobre a função do capital humano na educação a qual indicou que as taxas de retorno de capital apresentam apenas a alfabetização e a conclusão do Ensino Médio como níveis de maior retorno de capital.

Quando analisamos o rendimento no Ensino Médio a partir das taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar, observamos a tabela abaixo:

Tabela 07: Taxa de aprovação, reprovação e abandono na rede estadual do Ensino Médio no Brasil e no Amapá no ano de 2016

Anos do Ensino Médio (Amapá)	Reprovação	Abandono	Aprovação
1º ano	21,9%	13,0%	65,1%
2º ano	13,6%	8,0%	78,4%
3º ano	12,8%	7,3%	79,9%
Anos do Ensino Médio (Brasil)	Reprovação	Abandono	Aprovação
1º ano	17,3%	8,6%	74,1%
2º ano	10,7%	6,1%	83,2%
3º ano	6,0%	4,3%	89,7%

Fonte: Censo Escolar 2016, Inep⁴.

Esta correlação nos permite afirmar que a partir dos dados de rendimento e Distorção Idade Série no Ensino Médio, o acesso e a permanência tornam-se prejudicados. A tabela acima demonstra que a cada 10 alunos do Ensino Médio no estado do Amapá, 3,5 alunos são reprovados ou evadem/abandonam este nível de ensino. Além disso, menos de 80% dos alunos do 3º ano do Ensino Médio no Amapá concluem este nível de ensino (praticamente, 10 (dez) pontos percentuais abaixo da média nacional).

⁴ Legenda: Acima de 5%: Indica que a necessidade de definir estratégias para contar o avanço da evasão; Acima de 15%: A situação indica que é preciso intervir no trabalho pedagógico o mais rápido possível, pois muitos estudantes poderão ficar fora da escola. Índices altos de reprovação ou abandono escolar também podem aumentar a distorção idade-série.

Na medida em que o aluno abandona/evade ou interrompe o ciclo de formação da Educação Básica, significa afirmar que a escola e o conjunto de políticas sociais não se converteram em condições para a permanência do aluno na escola. E ainda que retorne à escola, continuará seus estudos de uma forma acidentada e em faixa etária imprópria em relação àquela considerada adequada, e por conta destes e outros fatores, apresenta maiores chances de evadir novamente.

A problemática se aprofunda quando analisamos este nível de ensino por localidade, a partir das zonas rural e urbana. Deste modo ao partirmos da compreensão que a população brasileira na zona urbana é de 85% e da zona rural é de 15% (IBGE, 2010). É dramático se considerarmos que 95,7% dos alunos do Ensino Médio frequentam escolas urbanas. (BRASIL, 2015). Deste modo, observamos primeiramente que o Ensino Médio brasileiro vem passando por um franco processo de urbanização.

Quando analisamos o Ensino Médio a partir da comparação das zonas rural e urbana, já no ano de 2015, essa realidade é pouco alterada com 90,1% das escolas do Ensino Médio localizadas na zona urbana e 9,9% na zona rural, registrando inclusive a menor participação da zona rural em toda educação básica (BRASIL, 2015).

De forma geral, o Ensino Médio brasileiro está submetido a um nível de formação muito baixo, refletindo uma sociedade de classes sociais e, portanto, distante (ainda que a utopia seja fundamental) de uma ampla formação humana sob pleno desenvolvimento social. O ensino é negado à população que mais precisa, sendo marginalizada pela própria localização.

Na tabela abaixo, estendemos a análise para as taxas de rendimento do Ensino Médio brasileiro a partir de Anos/Série, considerando as zonas Urbana e Rural.

TABELA 08: Taxas de Rendimento das escolas Estaduais na zona Rural e Urbana no Brasil, no ano de 2015

Anos	Zona Rural			Zona Urbana		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º
Aprovação	76,1%	83,9%	89,2%	72,2%	81,7%	87,9%
Reprovação	12%	7,4%	4,1%	18%	11,1%	6,7%
Abandono	11,9%	8,7%	6,7%	9,8%	7,2%	5,4%

Fonte: Censo Escolar 2015, Inep.

Diante da premissa observamos que o acesso ao Ensino Médio no ano de 2015 nas escolas estaduais brasileiras obtiveram um razoável número de aprovações para a

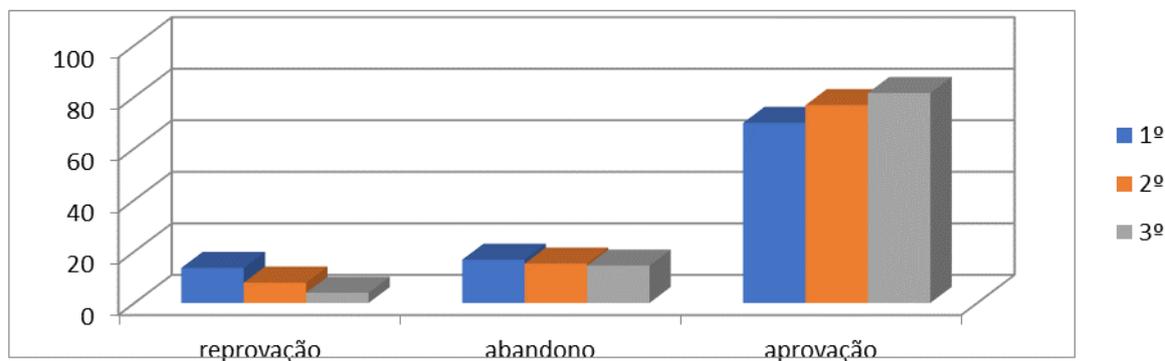
condição histórica da zona rural, baixo índice de reprovação e também de abandono. Já nas escolas rurais no ano de 2015 apresentaram maiores índices de abandono.

Os dados, embora não permitam relações consistentes, são suficientes para mostrar que a oferta é majoritariamente pública e urbana, que os indicadores de acesso, sucesso e permanência apresentam evolução negativa, os indicadores educacionais apontam represamento e a distorção idade-série atinge a metade das matrículas (KUENZER, 2010, p. 861).

No Amapá a Aprovação na zona Rural é maior que 60%, a Reprovação chega a pouco mais de 10% e o Abandono está acima de 10% também, apresentando, portanto, dados inferiores à realidade nacional, de acordo com o gráfico abaixo:

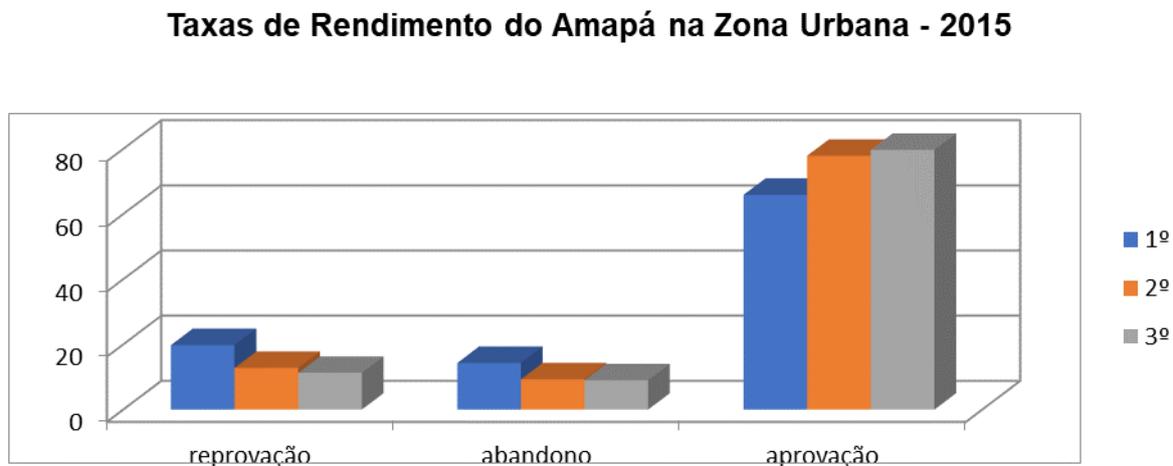
Gráfico 1: Taxas de rendimento do Amapá na Zona Rural, 2015

Taxas de Rendimento do Amapá na Zona Rural - 2015



Fonte: QEdu, 2015.

A Aprovação na Zona Urbana do Amapá é maior que 60%, a Reprovação chega a mais de 15% e o Abandono a pouco mais de 10%. Observe o gráfico abaixo:

Gráfico 2: Taxas de rendimento do Amapá na Zona Urbana, 2015

Fonte: QEdu, 2015.

Os dados sobre rendimento e abandono escolar no Ensino Médio amapaense, tornam-se aproximados, em contradição às discrepâncias e contradições regionais observadas na comparação dos grandes e pequenos centros.

Quando trazemos essa afirmativa para a realidade do estado, observamos que aqueles que moram em cidades como Macapá e Santana, acabam tendo “maior privilégio” (em relação ao acesso) em comparação aos demais municípios do estado, pois são os maiores centros urbanos do estado e portanto, proporcionam maiores possibilidades de inserção social, cultural e técnica, que por sua vez se convertem em vantagens e êxito escolar.

A ausência de políticas públicas tanto no Brasil, como no Amapá, limita o alcance da educação como uma das principais formas de mobilidade social e é caracterizada por “ilhas de desenvolvimento” concentrando os melhores serviços nas cidades mais importantes. De fato, muitos cidadãos não tiveram acesso à educação formal, como consequência de uma população empobrecida, contraditoriamente em uma região potencialmente rica.

Esta realidade é discrepante, já que a Amazônia possui uma grande diversidade de riquezas naturais de ordem mineral, vegetal, etc, objeto de relações injustas de exportação junto ao capital nacional e internacional. Temos por suposto, que esta

riqueza não tem se convertido em qualidade de vida e desenvolvimento regional da Amazônia (SANTOS, 2014).

Sobre os impasses e alternativas para a resolução do problema, concordamos com Mézaros o qual reflete:

(...) que uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social, no qual as práticas educacionais da sociedade devem realizar suas vitais e historicamente, importantes funções de mudança (MÉSZÁROS, 2008, p. 2).

De uma forma geral, o cenário nos revela que os elevados índices de exclusão social na Amazônia inviabilizam o desenvolvimento humano e educacional dos sujeitos, o que de uma forma geral preserva o fosso histórico de desigualdade social/educacional entre as zonas Urbana e Rural.

É fundamental o enfrentamento à condição dual e pragmática de um Ensino Médio que asfixia a juventude junto às suas possibilidades críticas e criativas de auto realização. Analisamos como alternativa para rompermos com o processo de instrumentalização do ensino médio pensarmos o seu vínculo e o campo do trabalho a partir de sua relação com as potencialidades produtivas e culturais da Amazônia Amapaense nos seus contextos urbano ou rural, e integrado à valorização do conhecimento científico, artístico e filosófico historicamente produzido pela sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando analisamos os dados levantados do Ensino Médio Amapaense verificamos de forma geral, um quadro desafiador marcado por uma realidade regional bastante desigual e atípica. A tentativa de explicitar a realidade da educação mediante os dados educacionais e sociais nos impõem o desafio de compreendermos a educação na sua amplitude, e portanto, entender a realidade com maior rigor.

De acordo com trabalhos já desenvolvidos e pelas análises aqui expostas, podemos concluir que as políticas públicas estão distantes do alcance das necessidades educacionais na região amazônica. Em meio a este cenário desafiador a má distribuição

de recursos torna-se o indicativo de um cenário excludente, em contradição ao grande potencial da região.

O Ensino Médio na região amazônica, e no estado do Amapá, como nível de ensino propício à formação para o trabalho é marcado por contradições, nas quais historicamente a educação em sua diversidade não é atendida suficientemente para a garantia do direito a educação.

A correlação dos dados é esclarecedora, na medida que reforça a condição dual de uma realidade desigual ressignificada na região amazônica e expõe o estado do Amapá como unidade da federação que reúne várias das contradições sociais dessa região. Neste caso, com base no que observamos anteriormente que apesar do IDHM demonstrar-se alarmante somente em uma de suas categorias – o IDH-E – a introdução de outros índices de desenvolvimento humano, aponta a as desigualdades sociais como problemática potencialmente elevada.

O acesso e a permanência, e a dicotomia entre o rural e o urbano sob o quadro da necessidade de democratização da educação brasileira e amapaense é sobressaltado com dados de um cenário urbanocêntrico (com melhoria na educação nos maiores centros urbanos), com altos índices de distorção série-idade e evasão/abandono escolar.

Portanto, permanecem atuais as teses que des-romantizam o mito da Amazônia natural dos rios e das florestas e a apontam drasticamente como um “projeto inacabado” marcado pelo trabalho precário, inexistência de condições sociais e educacionais para o pleno desenvolvimento do ensino e de uma forma ampla, das suas forças produtivas, submetendo uma boa parte de sua população à insalubridade e total vulnerabilidade social dos sujeitos mais pobres.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE. Eveline. **Escola Pública e Pobreza no Brasil: a ampliação para menos**. Rio de Janeiro: Lamparina/ Faperj, 2009.

ALVES, J. P. da C.; ARAUJO, R. M. de L.; RODRIGUES, Doriedson do S. **Indicadores educacionais e a ideia da integração do ensino: o ensino médio na Amazônia sob análise**. Novos Cadernos NAEA. v. 18 n. 3 • p. 231-260; jun.-set. 2015.

BRASIL. **Indicadores de fluxo escolar apontam queda na evasão para ensino fundamental e médio**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Brasília: INEP, 2019. Capturado em 18 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/indicadores-de-fluxo-escolar-apontam-queda-na-evasao-para-ensino-fundamental-e-medio>.

_____. **Resultado do Enem por escola em Amapá.** Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Brasília, DF, 2019. Capturado em 12/08/2020. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/cidade/3445-amapa/enem?edition=2018&educationNetworkType=1>.

_____. Escolarização de pessoas de 15 a 17 anos e Analfabetismo IBGE. Brasília: IBGE, 2018.

_____. Plano Nacional de Educação. Brasília (DF): Senado Federal, 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes.; OLIVEIRA, João Ferreira de. **A qualidade da educação: perspectivas e desafios.** São Paulo: brasiliense, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro (RJ): Zahar editores, 1975.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

KUENZER, A. Z. **O ensino médio no plano nacional de educação 2011-2020: superando a década perdida?** Educ. Soc. [online]. 2010, v. 31, n. 112, p. 851-873

MESZÁROS, Istvan. Educação para além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2008.

OBSERVATÓRIO DO PNE. *Metas do PNE.* Brasília (DF), 2018. Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/dossie> .Acesso em: 12 ago. 2020.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais.** São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Terezinha F. A. M. dos. **A Educação no desenvolvimento da Amazônia.** Anais do IV Congresso Íbero-Americano de Política e Administração da Educação. Porto (Portugal), 2014. Disponível em: www.anpae.org.br/IBERO...IV/GT5/.../TerezinhaFatimaSantos_GT5. Acesso em: 02 de novembro de 2016.

SOLIGO, Valdecir. **Indicadores: Conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais.** Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 23, n. 52, p. 12-25, mai./ago. 2012.